



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Histórias de Balcão

As diferentes situações que acompanham
a rotina de trabalho dos servidores
das varas federais do Estado de São Paulo

NESTA EDIÇÃO

ENCONTRO DE JUÍZES ADMINISTRADORES EM JAÚ

INFO-RH

FÓRUM DE DEBATES: BACEN-JUD

CONVÊNIOS E DESCONTOS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A complexidade e a grandeza dos números que envolvem a Justiça Federal de São Paulo certamente foram fatores predominantes para que, pela primeira vez, se optasse pela nomeação de uma Diretora do Foro e de dois Vice-Diretores para com ela atuar na Capital e no Interior.



Submetido à fiscalização do TCU, do TRF e do CJF, o trabalho da Diretoria do Foro, que envolve essencialmente o fornecimento e manutenção de bens materiais, o apoio aos magistrados e o gerenciamento dos servidores públicos, tem sido desenvolvido em várias frentes e com mais profundidade.

Assim, além de haver a continuidade dos trabalhos em qualquer período do ano e em todo o Estado de São Paulo, esta nova estrutura permitiu uma atuação mais efetiva na identificação dos problemas, na busca das soluções e, sobretudo, um planejamento estratégico da administração a curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, em que pese a importância de uma estrutura física adequada para a prestação jurisdicional, a Diretoria do Foro percebeu a necessidade de um maior investimento em atualização e suporte aos magistrados e servidores, bem como de promover a integração entre eles e com a própria administração.

Em razão disso e em continuidade às atividades desenvolvidas no Programa de Desenvolvimento Gerencial realizado em Brotas e em Guararema, onde se pretendeu discutir a gestão de recursos, de pessoas e seus conflitos

cotidianos, ocorreu em junho o II Encontro de Juízes Diretores de Fóruns, cuja finalidade foi informar sobre o funcionamento administrativo da Justiça Federal e trocar idéias sobre questões como orçamento e recursos humanos.

Especialmente quanto aos servidores, merece destaque o projeto de *coaching* que vem sendo desenvolvido com a intenção de dar suporte pessoal e profissional ao funcionário, como ocorre nas grandes empresas.

De outro lado, encontra-se em andamento o Projeto Recomeçar que, com a participação de juízes, servidores, médicos, psicólogos e assistentes sociais, foi responsável pela diminuição drástica do número de licenças médicas com a análise individualizada da situação pessoal, profissional e clínica de cada um dos funcionários afastados, promovendo-se a relotação, o apoio psico-social e até eventual aposentadoria, dependendo do caso.

Esta mesma participação é esperada para o sucesso dos trabalhos realizados em sindicâncias e processos administrativos disciplinares. É que, a fim de se evitar a existência de juízos pré-concebidos, tem-se optado pela não formação de uma estrutura específica de julgamento administrativo, realizando-se um rodízio entre todos os servidores para compor as comissões de sindicância, evitando-se, com isso, que se onere demasiadamente um pequeno grupo de pessoas ou apenas algumas varas.

Por fim, cumpre registrar que a Diretoria do Foro não espera resultados visíveis e imediatos para as medidas ora apresentadas. O que se deseja é impulsionar uma mudança cultural na forma de trabalhar no serviço público, buscando, sempre, a excelência na sua prestação, com foco no ser humano: o servidor, o juiz, o jurisdicionado.

Raecler Baldresca

Juíza Federal Vice-Diretora do Foro/Capital

Seção Judiciária de São Paulo

ÍNDICE

Aconteceu.....	03
Administração Pública.....	04
Histórias de Balcão.....	06
Info-RH	08
Fórum de Debates.....	09
Convênios e descontos.....	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Canal Aberto	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Projeto Gráfico: Helio C. Martins Jr. Seção de Divulgação Social: Christiane Amélia Martins Fonseca, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro, Gerrinson Rodrigues de Andrade, Hélio C. Martins Jr, Ricardo Acedo Nabarro, Viviane Ponstinnicoff de Almeida, estagiária: Gabriela Reis. Visite também a versão virtual da revista em <http://imprensa.jfsp.gov.br>.



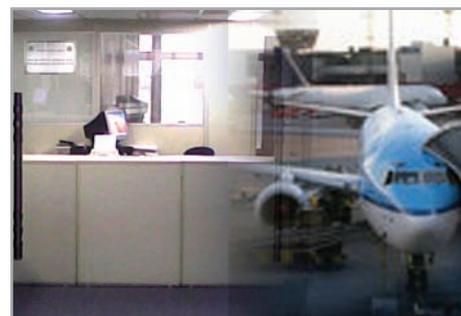
Piracicaba - No dia 27/08, o Fórum de Piracicaba ganhou novas instalações. O novo prédio abrigou três varas e setores de apoio; no antigo, permaneceu a administração, a biblioteca e os postos bancários. Na foto, da esquerda para direita: o prefeito Barjas Negri; a juíza diretora do Fórum de Piracicaba Rosana Pagano; a presidente do TRF3 desembargadora Marli Ferreira; a juíza federal Cristiane Farias R. dos Santos e o deputado federal Arnaldo Faria de Sá.

Leilões na Internet - Desde setembro os editais dos leilões judiciais da JF/SP estão na internet. Os interessados podem acessar a página da internet: www.jfsp.gov.br > Leilões Judiciais.



Conciliar é legal - O objetivo é tornar a Justiça mais ágil. É isto que vem ocorrendo com os mutirões de conciliação em todos os fóruns da JF/SP. Na foto, 3ª Vara, São José do Rio Preto.

TRF 3ª Região
Videoconferência - De 17 a 22 de setembro os fóruns de Araçatuba, Bauru, Campinas, Marília, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Presidente Prudente participaram do **1º Curso de Direito Previdenciário** por videoconferência. O curso contou com 344 inscritos, entre magistrados e servidores, e foi ministrado pelo TRF3.



São Bernardo do Campo - (26/10) A 14ª Subseção Judiciária comemorou 10 anos em novas instalações, mais amplas e confortáveis. O novo prédio está situado na confluência da av. Senador Vergueiro com a r. Ernesto Augusto Cleto, em Rudge Ramos. Na foto, a juíza federal diretora do foro, Renata Lotufo, a presidente do TRF3 desembargadora Marli Ferreira, a juíza federal coordenadora do fórum Ana Lúcia Iucker e o juiz federal Paulo Sérgio Domingues.

JEF Aeroportos - (08/10) Congonhas e Cumbica já possuem Juizados Especiais Federal e Estadual. Os usuários dos aeroportos que se sentirem lesados podem procurá-los para solucionar seus conflitos.



Encontro da Contadoria - (27 a 31/08) Contadores da JF/SP e convidados do TRF3, da JF/PA e JF/MS reuniram-se para estudar um padrão nacional de cálculo. O objetivo é padronizar entendimentos e eliminar planilhas individuais.

Judiciário e combate à violência e criminalidade - (3 a 6/09) Estudantes e profissionais de direito discutiram o tema na Quarta Jornada de Estudos Jurídicos promovida pelo Fórum de Assis em parceria com EMAG e universidades.

II Congresso de Execuções Fiscais - (14/09) Juizes, procuradores e estudantes reuniram-se na JF/SP para discutir o impacto da nova lei nº11.382/06 sobre as execuções fiscais, buscando maior eficiência e agilidade.

Encontro destaca valorização de pessoas e visão compartilhada da Administração

Ricardo Acedo Nabarro

O II Encontro de Juízes Administradores da Justiça Federal de São Paulo, ocorrido em 10 de agosto de 2007, no Hotel Vila Real em Jaú/SP, foi uma oportunidade para os juízes administradores trocarem experiências, descobrirem novos métodos de gerenciamento e buscarem soluções para os conflitos nas relações de trabalho.



A juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do foro e o vice-diretor do foro/interior, juiz federal Rodrigo Zacharias.

A iniciativa de reunir novamente os juízes administradores (o primeiro encontro ocorreu em novembro de 2006) partiu da Diretoria do Foro, com o objetivo de cultivar os valores humanos e promover a integração entre as subseções e a administração central. “É importante que os juízes conheçam o funcionamento da administração, da parte orçamentária, do gerenciamento de pessoas etc. e sejam multiplicadores em seus fóruns. Assim poderemos ouvi-los melhor e receber sugestões”, disse a juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do foro da Seção Judiciária de São Paulo.

O Encontro foi dividido em duas partes: gerenciamento financeiro e gerenciamento de pessoas. Foi apresentada a estrutura da JF/SP, com seus 251 juízes federais (titulares e substitutos), 3.410 servidores ativos, 37 subseções judiciárias, 131 varas e 31 Juizados Especiais Federais. Sobre a administração central, foram destacadas as áreas de divulgação social, planejamento financeiro, centro de memória e recursos humanos.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO

Para aprimorar a troca de informações entre juízes e servidores, bem como com a sociedade em geral, a Justiça Federal de São Paulo investe cada vez mais em canais de comunicação interna (Intranet) e externa (Internet). São diversos os serviços disponíveis na rede: campanhas institucionais, manuais, tutoriais, consulta ao acervo da biblioteca, consulta processual, emissão de certidão *on-line*, notícias, entre outros.

Na apresentação da Seção de Divulgação Social,

foram destacados os serviços de planejamento e criação de campanhas (cartazes, *banners*, folhetos e cartilhas), atualização de dados da Intranet e Internet (endereços, telefones, manuais, jurisdição) e assessoria de imprensa. Na ocasião, foi solicitado aos juízes federais maior colaboração no envio de decisões judiciais para a Seção, pois desta forma ela poderá atender aos anseios da imprensa e difundir o trabalho da Justiça Federal nos meios de comunicação e na própria sociedade (visite a página da Internet: www.jfsp.gov.br > Notícias).

PLANEJAR PARA PROGREDIR

Com a reestruturação de alguns setores administrativos da JF/SP, em agosto de 2007, a área de planejamento orçamentário, agora uma diretoria, passou a ter mais destaque na administração. Foram apresentados *slides* com o “caminho” do orçamento dentro da instituição e a legislação vigente: Lei do Plano Plurianual (PPO), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para dar uma idéia do tamanho do orçamento na Seção Judiciária de São Paulo, foi apresentada a projeção anual das principais despesas de 2007. Destacaram-se gastos com material permanente (R\$ 3,8 milhões); assistência jurídica a pessoas carentes (R\$ 14,4 milhões); serviços de correio (R\$ 2,3 milhões); locações de imóveis (R\$ 5,8 milhões); contrato de limpeza (R\$ 8,4 milhões); energia elétrica (R\$ 6,2 milhões), entre outros.

Para a diretora do foro, Renata Lotufo, foi uma oportunidade para o juiz administrador conhecer as necessidades de cada região e compará-las com a realidade financeira da instituição. “Temos que pensar de maneira continuada, a longo prazo, para que os projetos de hoje tenham bons resultados amanhã”, disse.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

O vice-diretor do foro/interior, juiz federal Rodrigo Zacharias, destacou o projeto de gestão documental e a necessidade da formação dos grupos setoriais de avaliação de documentos. Explicou que todos os processos serão analisados e classificados seguindo os critérios das resoluções 217/99, 359/04 e 393/04 do Conselho da Justiça Federal.



Magistrados administradores de diversas subseções judiciárias de São Paulo participaram do evento



O primeiro passo será a autuação dos processos para a sua eliminação ou guarda permanente ou temporária. São consideradas de guarda permanente as ações criminais, ações coletivas, ações condenatórias sem execução, as que versem sobre direito ambiental, desapropriações, privatizações, direitos indígenas, direitos humanos, tratados internacionais e as que constituírem precedentes de súmulas. Também são de guarda permanente as ações pertencentes ao período de 1890 a 1973.



Hotel Vila Real em Jaú

Os processos sem guarda permanente ficarão arquivados temporariamente para eliminação futura. Aqueles que tiverem interesse nos documentos que serão eliminados poderão requisitá-los para guarda particular, por meio de petição ao diretor da unidade administrativa a qual o arquivo esteja vinculado.

Rodrigo Zacharias lembrou aos participantes que o Centro de Memória da Justiça Federal/SP tem a função de preservar as ações judiciais de interesse para o patrimônio histórico e cultural, “por isso o empenho de todos será essencial nesse trabalho”, disse.

INVESTINDO NA QUALIDADE DE VIDA

A área de Recursos Humanos teve destaque no encontro. A psicóloga Joceli Guerra Castelfranchi abordou o gerenciamento de pessoas, com foco na administração de conflitos. “O gestor precisa ficar atento às dificuldades de relacionamento no local de trabalho. Não adianta fechar os olhos para o problema e colocar o servidor à disposição da diretoria, sem que haja uma justificativa plausível para isso”, disse. Segundo ela, as dificuldades de relacionamento estão entre os principais motivos de pedidos de alteração de lotação dos servidores.

Também foram apresentados dados estatísticos com as principais causas de afastamento. Os problemas ortopédicos, por exemplo, estão entre as principais e ocupam cerca de 10% do total das licenças. “Este ano (2007) houve uma ligeira queda desse tipo de licença, chegando a 9,32% no primeiro semestre”, disse a diretora do foro, Renata Lotufo. Com investimentos em palestras sobre saúde, ginástica laboral e móveis ergonômicos, espera-se diminuir ainda mais este percentual.

A supervisora Gisele Molinari Fessore falou sobre os projetos de treinamento que estão em andamento na Seção Judiciária: • **RH mais perto de você** - leva os profissionais das áreas de serviço médico, cadastro, benefícios e acompanhamento funcional (psicólogas) até os fóruns do interior, para esclarecimento de dúvidas, recolhimento de documentos e realização de palestras sobre estresse; • **Desenvolvimento de equipes** - serviço voltado para os administradores que necessitam de suporte da Seção de Treinamento para gerenciar equipes. Fornece instrumentos e ferramentas que auxiliam o gestor nas relações de trabalho; • **Vídeo-Papo** - grupos de servidores que se reúnem para debaterem sobre filmes de interesse, com temas sobre trabalho e comportamento humano; • **Workshop com liderança** - cursos de treinamento voltados para juízes e servidores; • **Coaching** - técnica utilizada para encorajar e motivar os servidores a melhorarem sua auto-estima.

Para a diretora do foro, Renata Lotufo, o II Encontro de Administradores teve resultado positivo, com planos para mais um no ano que vem. “Planejamos um novo encontro para o segundo semestre de 2008, com boas expectativas de avanço nas questões de gerenciamento administrativo”, disse.

Histórias de Balcão

Ricardo Acedo Nabarro

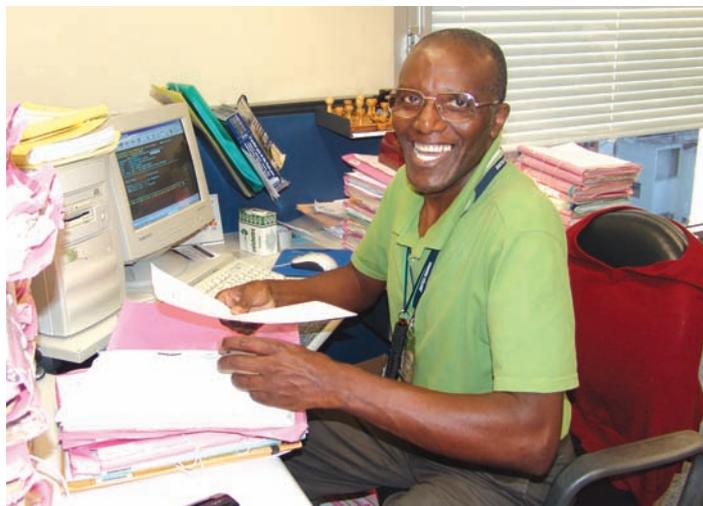
Do riso escancarado ao choro convulsivo; do gesto mais nobre ao comportamento mais grosseiro. Situações assim são comuns de se ver nos balcões das 160 varas federais instaladas na Seção Judiciária de São Paulo. Mais do que concentração e agilidade, é preciso muita simpatia, paciência e sangue frio para driblar as inúmeras adversidades que acontecem no balcão de uma vara.

Na Justiça Federal há 17 anos, o servidor Francisco Carlos de Oliveira, da 1ª Vara Cível da capital, se diz apaixonado pelo que faz. “Aprendi que atrás de cada processo existe uma vida e a pessoa que vem ao balcão está representando essa vida. Todo dia quando acordo, penso: hoje vou me encontrar com pessoas maravilhosas no balcão”.

Com acervo de 4.800 processos e média de 120 atendimentos por dia (em dias de publicação), a 1ª Vara Cível de São Paulo enviou para a *Justiça em Revista* três histórias “pitorescas” ocorridas no balcão de atendimento.

EM ALTA PRESSÃO

Não era uma senhora qualquer, seu tamanho impressionava, com uma voz peculiar, alta e um tanto rouca, típica de um fumante. “Ôoo meu filho, localize aí minha guia de levantamento. Eu preciso tirar o dinheiro do meu pai que tá quase morrendo”. Pediram a procuração. “Procuração? Não! O autor do processo é meu pai e não preciso de procuração!” disse em voz alta. “Sem a procuração não será possível retirar”, explicou o funcionário. Irritada, ela esbravejou. “Pára com isso, tá achando que vou dar o golpe é?” (...) “Não estou achando nada, minha senhora. Apenas estou dizendo que sem procuração não há permissão



O servidor Francisco Carlos de Oliveira atende o balcão há 17 anos.
“Aprendi que atrás de cada processo existe uma vida.
Esta é a minha paixão”

legal para a retirada, ok?. Neste momento, os advogados presentes no balcão já ficaram em silêncio. “Olha, eu não estou passando muito bem. Vou ligar para minha mãe e pedir um substabelecimento”. Minutos depois, a advogada apareceu com o documento na mão. “Tá aqui. Junta no processo que eu vou levar a guia”. Ela não parecia muito bem, estava pálida e ofegante. “Não é nada. É que sou diabética e tenho problemas de pressão... Posso aplicar minha insulina?”. Sacou da bolsa uma seringa e aplicou. “Fica tranquilo, eu tô bem, já tô melhorando”. Depois disparou - “Você gosta de bola de gude?” O servidor espantado - “como assim? Sei lá, gosto”. Ela abriu a bolsa e colocou na mão do rapaz quatro bolas de gude. “Toma, bola de gude é ótimo! Faz a gente relaxar. Sempre que estou nervosa, brinco com elas e depois fico ótima!”. E foi embora feliz da vida. (texto de Marco Aurélio Moura dos Santos)

A MADAME SÍRIA

Apareceu no balcão uma distinta senhora, muito fina, aparentando pouco mais de setenta anos. Estava acompanhada de um homem mais novo, bem vestido, que se apresentou como seu motorista. A senhora começou a chorar copiosamente. “Fui assaltada!”. Espantada, a funcionária perguntou se havia sido naquele dia. “Não. Foi há dez anos”. Pronto, era mais um daqueles casos pitorescos. Com sotaque, disse que precisava de uma certidão de naturalização do falecido marido. “Desculpe, mas a certidão só pode ser requerida e entregue pessoalmente ou por procuração”, disse a funcionária. Em





prantos, a madame implorou - *“Eu não tenho dinheiro. Meu marido me deixou na miséria”*. Todos pararam para assistir a cena. A servidora, preocupada, ofereceu um copo de água. *“É de graça?”*, perguntou a madame. *“Se for, quero dois”*. Depois sacou um celular da bolsa e disse que faria uma ligação. O motivo? Precisava pedir à empregada para trancar a geladeira porque a prima estava chegando. O motorista, envergonhado, disse: *“ela é assim mesmo”*. Em lágrimas, a madame continuou pedindo *“azuda”* até partir. (texto de *Andréa Gutierrez Alfarano*)

TÁ TUDO AMARRADO

Um senhor baixo, de meia idade, pediu para olhar um processo. Era um caso de correção de FGTS. Com forte sotaque nordestino, disse: *“Vim pegar o meu dinheiro”* (...) *“Dinheiro, que dinheiro? FGTS?”*, perguntou o funcionário - *“Isso mesmo. Me chamo Manoel Silva”*. Com os documentos nas mãos, o servidor verificou que o RG, CPF e endereço não batiam. Era um caso de homonímia. *“Meu senhor, este processo não é seu”*. O homem arregalou os olhos. *“Como não? É meu sim! Me disseram que o dinheiro tá aqui. Eu quero meu dinheiro!”* - *“Mas meu senhor, já conferi os dados e o processo não é seu, é de outra pessoa com o mesmo nome. Por acaso o senhor lembra de ter passado alguma procuração?”* Exaltado, disse que não tinha assinado papel nenhum. *“Então este processo não é seu”*. Inconformado, começou a se alterar. *“É sim! Eu quero meu dinheiro! Tá preso na Caixa por causa do processo. Eu sou aposentado por problema mental e quero meu dinheiro!”* - O funcionário sugeriu que fosse à Caixa Econômica e pedisse o saldo do FGTS. *“Olhe, você está tentando me enganar! Eu sou um homem temente a Deus e sei que quem confunde, confundido ficará! Tá tudo amarrado!”* A atenção da secretária se voltou para o balcão. *“Eu quero o nome do advogado e o endereço! Vou procurar por ele”*. Irritado, disse que era analfabeto e não iria olhar o processo. *“Você tem que me dar o nome dele!”* A diretora da secretária decidiu intervir. *“Meu senhor, o processo não é seu, então, não insista. O senhor está querendo se passar por outra pessoa e isso é crime”*. Ele lançou um olhar maligno para os servidores e disse. *“Ninguém vai tirar o que é meu! O que é meu nem Deus tira!”* e foi embora esbravejando. (texto de *Marco Aurélio Moura dos Santos*)

InfoRH - Servidores da JFSP têm acesso virtual aos dados cadastrais

Elizabeth Branco Pedro



Outros projetos também fazem parte do InfoRH: informações sobre Anuênios, Décimos/Quintos, Averbação de Tempo de Serviço, Licença Prêmio, Dependentes para fins de Imposto de Renda e outras informações do Pró-Social. Está em desenvolvimento um sistema InfoRH para Magistrados.

“É importante que os servidores chequem seus dados para verificar se estão corretos e entrem sempre no InfoRH para conferir as novidades”, finaliza Tatiana.

Em funcionamento desde agosto de 2006, o InfoRH é o prontuário informatizado dos servidores, disponível na Intranet da Justiça Federal de São Paulo, elaborado pelo Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - NUDE, em parceria com a Seção de Sistemas Administrativos de 1º Grau, RSAP. O projeto, idealizado em 1999, pela diretora do antigo Núcleo de Recursos Humanos, à época, Maria Regina Miranda Musolino, está em constante aprimoramento. Os primeiros itens disponibilizados na rede foram holerite, com opção para impressão, e frequência mensal.

Este serviço permite aos servidores a consulta, em tempo real, dos próprios dados. As informações, confidenciais, são acessadas através do número do Registro Funcional (RF) e senha individual. “Essa ferramenta foi muito útil principalmente em virtude do PCS (Plano de Cargos e Salários) que previa o adicional de qualificação, pois permitiu que os servidores tivessem acesso aos dados que a Justiça possuía sobre o grau de escolaridade e também os cursos de treinamento cadastrados”, comenta Tatiana Mitico Maruiti, assistente do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, NUDE. Com esse sistema, a Justiça Federal “ganhou rapidez e transparência na disponibilização das informações”, enfatiza.

As atualizações ainda exigem o encaminhamento, por parte do servidor, de formulário ou documento com a assinatura do interessado, com exceção de endereço, telefone e e-mail pessoais que devem ser enviados para o endereço eletrônico do setor responsável pelo cadastro. As irregularidades devem ser comunicadas rapidamente. Por exemplo, alguma alteração no estado civil e dependentes, uma vez que a falta de designação pode causar prejuízos aos interessados.

Destacamos, abaixo, alguns itens do InfoRH.

RECURSOS HUMANOS

- **Cargos em comissão/Funções comissionadas.** Especifica a titularidade, atribuições e substituições, início/término e total de dias do período usufruído.
- **Dados Cadastrais.** Engloba as informações: cadastrais (Identificação: nome, última lotação, dados do nascimento, escolaridade/conclusão, filiação, estado civil); pessoais (residência; perfil físico, login da Rede Novell, e-mail particular); documentação (RG, CPF, PIS/PASEP, INAMPS, Título de Eleitor, Reservista, Habilitação, conta bancária).
- **Declarações de Imposto de Renda.** Permite visualizar as cópias de arquivos das declarações e recibos do IR entregues via *on-line*. Possibilita fazer o *download* de arquivos cadastrados.
- **Dependentes para fins de Pensão.** Relaciona os nomes das pessoas dependentes designadas como pensionistas.
- **Férias.** Detalha, em todos os exercícios, as parcelas, períodos, 13º, abono.
- **Grau de Instrução.** Detalha a escolaridade, instituição, ano de conclusão.
- **Progressão Funcional.** Informa, desde a posse, a descrição das classes e a vigência.
- **Treinamento Institucional.** Cursos de Informática, administração, recursos humanos, idiomas e área jurídica.

FOLHA DE PAGAMENTO

- **Tabela de Vencimentos.** Valores da remuneração dos servidores das diversas carreiras do Poder Judiciário.
- **Visualização de Contracheque.** Possibilita a impressão dos holerites desde julho/2002.

PRÓ-SOCIAL

- **Dados Cadastrais.** Dados dos beneficiários e seus dependentes.
- **Saúde Mental/Tratamento Complementar.** Lista as informações sobre as sessões e tratamentos, em psicologia, psiquiatria, fonoterapia e fisioterapia (RPG), dos servidores e seus dependentes

Cerca de 300 mil processos de execução fiscal tramitavam, em julho/2007, na Seção Judiciária de São Paulo; 251.102 só no Fórum de Execuções Fiscais da Capital. Com tantos devedores, novas ferramentas de execução estão surgindo para que esse montante de dinheiro volte aos cofres públicos. Entre elas, destacamos a desenvolvida pelo Banco Central do Brasil e perguntamos aos juízes federais Daniela Brunstein e Paulo César Conrado:

A “penhora on-line” é uma ferramenta para uso imediato com devedores em processo de execução ou uma ferramenta em aperfeiçoamento?



Diana Brunstein
Juíza Federal
7ª Vara Cível
Fórum Pedro Lessa

O Bacen-jud é um sistema de pesquisa e bloqueio de ativos financeiros disponibilizado pelo

Banco Central ao Poder Judiciário desde 1992. Conta com duas versões. Pela primeira é possível efetuar a solicitação eletrônica de informações bancárias de determinada pessoa, desde que se disponha de seu CPF ou CNPJ quando pessoa jurídica. As respostas são encaminhadas diretamente ao juízo solicitante por ofícios. Diante das informações prestadas o juiz pode direcionar o bloqueio de ativos mediante a utilização da versão 2.0 do sistema. No entanto, a opção pelo bloqueio direto de ativos, sem prévia pesquisa, procedendo ao desbloqueio posterior dos valores que eventualmente ultrapassarem o montante bloqueado tem demonstrado maior eficiência. O sistema, embora traga mais atribuições aos magistrados, tem a grande vantagem de agilizar o processo executivo, localizando ativos do devedor de forma rápida, sem necessidade de expedição de mandados de penhora ou até cartas precatórias neste sentido. Ademais, o bloqueio de dinheiro não tem o inconveniente dos demais bens penhoráveis, que dependem de avaliação, leilão ou outra forma muitas vezes infrutífera de liquidação; A sistemática legal para utilização do Bacen-jud já se encontra prevista nos artigos 655-A do CPC e 185-A do CTN. Dados colhidos junto ao Banco Central demonstram o crescente uso do sistema, tendo inclusive o TJ do Estado de São Paulo tornado o seu uso cogente. Na Justiça Federal a Resolução 524, de 28/09/06 institucionaliza a utilização do Bacen-jud tornando seu uso facultativo ao magistrado. Pelo que se infere, e respondendo a indagação formulada, tem-se que o Bacen-jud, apesar de estar em constante aperfeiçoamento, é mecanismo de uso imediato, de interesse da boa administração da Justiça, atribuindo maior celeridade aos feitos executivos e maior eficácia às decisões judiciais.



Paulo Cesar Conrado
Juiz Federal
12ª Vara de
Execuções Fiscais

Os arts. 655, caput, e 655-A, ambos do Código de Processo Civil, prevêem, hoje

explicitamente, a possibilidade de, nas execuções por quantia certa, a penhora recair sobre dinheiro que se encontre sob depósito ou aplicação em instituição financeira. Introduzidos no sistema pela recente Lei nº 11.382/2006, os dispositivos mencionados não são, todavia, representativos de uma, digamos, novidade: o regime de penhora ali referido já era juridicamente possível, pois, prevendo o sistema, desde sempre, a possibilidade de a penhora recair sobre dinheiro, indiferente, em princípio, sua “posição” - se em espécie (encontrável, por exemplo, no caixa do devedor) ou se depositado em conta bancária titularizada pelo devedor. De todo modo, dúvidas não sobram de que a previsão legal a que nos referimos, senão inova, tem a virtude de estabelecer limites para a veiculação, in concreto, da penhora (“bloqueio”) de numerário depositado em repartição bancária. Permite, com isso, o controle efetivo da legitimidade dos atos judiciais tendentes a ordenar referida prática. Agora, mais do que antes, portanto, o emprego da chamada “penhora on-line” - constrição complexa que se apetrecha, originariamente, mediante a expedição de ordem judicial dirigida ao Banco Central (por isso, apelidada de BACEN-JUD) - apresenta-se, assim entendemos, como ferramenta de emprego imediato.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de assuntos jurídicos diversos. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.gov.br.

Convênios da JF/SP proporcionam lazer ao servidor

Viviane Ponstinnicoff de Almeida

Parques, clubes e cinema agitam as férias de dezembro.



imagens ilustrativas



A Seção de Benefícios e Assistência Social da JF/SP, conhecida como Pró-Social, firmou, ao longo de 2007, convênios com parques, cinemas, clubes e museus pensando especialmente no lazer e no bem-estar dos servidores. Os convênios oferecem descontos e os ingressos podem ser adquiridos antecipadamente, evitando que os servidores fiquem em filas e se divirtam a um preço mais acessível.

Viviane Ferraresi Romagnoli, supervisora do Pró, diz que a função da Seção é colaborar para que o servidor tenha em sua vida social mais lazer e cultura. “Todos esses convênios que conseguimos são para estimular as pessoas a saírem de casa e se divertirem com a família e amigos”. Para ela, o servidor que sai de casa interage melhor. “Na segunda-feira, ele chega e comenta o que aconteceu no fim-de-semana. Consecutivamente, produz melhor e trabalha mais feliz”.

Com os convênios, o Pró-Social quer incentivar o servidor a “sair mais da toca”. “Se ele pode receber o ingresso com desconto por malote, isso faz com que tenha estímulo. Mas se ele tem que sair para ir até a bilheteria para comprar, muitas vezes acaba desistindo. O principal é que ele esteja com o ingresso em mãos”.

Ótimas opções de lazer, os convênios poderão preencher as férias de dezembro dos servidores e seus filhos. Aquário de São Paulo, Parque da Mônica, Hopi Hari, Playcenter, salas de cinema da rede Cinemark, clube SESC, entre outros, fazem parte da rede do Pró.

CLUBES

O convênio com o SESC permite aos juízes, servidores, aposentados, pensionistas e seus dependentes, acesso às unidades do clube na Grande São Paulo e no interior do estado. Musculação, natação, hidroginástica, futebol, vôlei, enfim, toda uma estrutura montada para atividades físicas. O SESC oferece também cursos de dança, música, informática, para a terceira idade, entre muitos outros, além

de peças de teatro. A matrícula permite usufruir todos os serviços e atividades do SESC, além de atendimento odontológico e espetáculos com desconto de 50% do ingresso normal.

PARQUES

Outras boas opções para o lazer nas férias, especialmente para as crianças, são os parques temáticos. O Parque da Mônica, no Shopping Eldorado em São Paulo, o Playcenter, também na capital, e o Hopi Hari (situado a 35 km de São Paulo) têm descontos atrativos.

CINEMA

As salas de cinema da rede Cinemark, em São Paulo, também não ficam de fora na hora de escolher um passeio. Com ingressos a R\$ 10,00, assistir a um filme pode fazer parte não somente da programação das férias dos servidores, mas também dos finais-de-semana.

VIAGEM DE FÉRIAS

Para quem prefere fazer viagens mais longas, interior e capital possuem boas opções de descontos em agências de viagens. A *Backpacking Brasil* é especializada em ecoturismo. Já a *Millennium Tour*, a *Polinésia Turismo* e a *CVC* são agências convencionais, com pacotes nacionais e internacionais. Se o servidor optar por fazer seu próprio roteiro, pode consultar o manual do Pró e escolher algum hotel ou pousada conveniados.

Além de buscar estabelecimentos para a rede, o Pró-Social também recebe indicações dos servidores. Neste caso, o interessado deve entrar em contato com a Seção de Benefícios e Assistência Social informando sobre algum estabelecimento que queira indicar. Em seguida, o Pró manda a carta-proposta e entra em contato com o estabelecimento.

Para saber sobre todos os convênios, acesse o “Manual de Convênios e Descontos”: Intranet > Manuais > Manual de convênios e Descontos.



Filadélfia

Drama – EUA – 1993

Jonathan Demme

O promissor advogado Andrew Beckett (Tom Hanks) trabalha para uma grande empresa da Filadélfia que desconhece sua homossexualidade. Os dias passam e Andrew começa a emagrecer e a empalidecer, confirmando ser portador do vírus do HIV. A notícia se espalha e ele é despedido. Andrew decide processar a empresa e contrata Joe Miller (Denzel Washington), um advogado de pequenas causas. Joe se revela um homofóbico, mas terá que encarar seus preconceitos para vencer a batalha judicial. Com direção de Jonathan Demme, que também assinou *O silêncio dos Inocentes*, Filadélfia recebeu cinco indicações ao Oscar, levando a estatueta dourada nas categorias de Melhor Ator (Tom Hanks) e Melhor Canção (“Streets of Philadelphia”, de Bruce Springsteen). (GR)



Quanto Vale ou é por Quilo?

Drama – Brasil – 2005

Sérgio Bianchi

Baseado em uma adaptação livre do conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis, o filme traça um paralelo entre o Brasil colonial e contemporâneo. Apesar de épocas distintas, o filme retrata as semelhanças entre o passado e o presente da sociedade brasileira, entre elas: a corrupção, a violência e a segregação social. (GR)



Direito Penal tributário: aspectos relevantes. Fausto Martin de Sanctis é juiz federal da 6ª vara criminal.

A obra estuda o bem jurídico tutelado, do delito de contrabando ou descaminho, dos crimes fiscais, do sigilo bancário e da representação como condição de motivação para a ação penal. Analisa, ainda, as hipóteses de extinção da punibilidade diante da farta legislação existente sobre o tema em nosso conjunto de leis. Área: Direito penal. Editora: Bookseller, 1ª Edição/2006. (GR)



Direito ao Desenvolvimento – Antecedentes, Significados e Conseqüências. Carla Abrantkoski Rister é presidente do Juizado Especial Federal de Caragatatuba.

Fruto da tese de doutorado da autora, o livro tematiza o desenvolvimento sob a ótica jurídica. Pelo fato do tema ser recente, a questão do desenvolvimento é, sobretudo, abordada no ponto de vista doutrinário. Houve a preocupação em detalhar os possíveis sentidos do termo Desenvolvimento. Editora: Renovar, 1ª Edição/2007. (GR)

O retorno de Maria Roque

Ruth de Souza/Núcleo de Planejamento/ADM

Minha primeira viagem com meu primeiro carro foi um propósito que eu havia feito com a sra. Maria Roque, viúva de dois maridos, 84 anos, mãe de cinco filhos, sendo três deles falecidos, e quatro enteados. Essa é a sra. minha avó, também conhecida como sra. Alegria, Maria Alta, Maria do Pão. Ela queria retornar ao lugar onde há 36 anos não ia. Todos no “Corsinha”, eu, minha mãe, meu primo, minha tia, minha prima e ela, a figura principal, saímos da longínqua Biritiba Mirim (SP) às 3h00 da madrugada a caminho de Araçongas (PR). Fizemos a primeira parada às sete da manhã para abastecer e até então eu não havia sentado ao volante. Meu primo, motorista aposentado e muito experiente, disse: “quer levar um pouco?”. Eu achei um pouco ousado da parte dele, “um pouco?!” mas é obvio que eu estava ansiosa por aquele momento. Maria Roque logo disse, “ai meu Deus, ela sabe guiar?” e começou a orar. Foi assim até avistarmos a placa “Divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Paraná”. Lá estávamos. Ela disparou a falar nomes, deve ter citado a cidade inteira... Mas a pessoa que mais a interessava era o Norato, seu enteado querido, o mais querido de todos. Tínhamos a foto de uma casa de madeira com detalhes amarelos e o nome da rua - e todas as casas da rua Faisão eram iguais as da nossa foto. Batemos de porta em porta, até que um borracheiro nos mostrou a casa certa. Estacionei o carro alguns metros adiante, bati palmas e lá nos veio um homem baixinho, careca e um pouco surdo; perguntei, “o sr. é o Norato?”. Ele respondeu “hã?..”. Falei mais alto, “o sr. é o Norato?”. Ele respondeu “sim” e me apresentei, “sou Ruth sua sobrinha, trouxe uma pessoa para vê-lo.”. Maria Roque saiu do carro com lágrimas nos olhos, “Norato, eu voltei e tou viva!”, ele emocionado abraçou-a, “é a fia, é a fia!”. Bom, depois de muita choradeira, entramos naquela casa simples e aconchegante e como ela mesmo disse, “foi só alegria”. Era o dia do seu aniversário: Maria Roque completou 84 anos junto com todos os netos, com as duas filhas, no lugar onde se casou pela primeira e pela segunda vez, sendo seu último marido o pai do Norato que ela criou junto com os outros cinco filhos que nasceram. Ficamos lá três dias e no último dia ela se virou para mim e disse, “ué, não vamos para o Paraná? Eu preciso ver o Norato, ele deve estar esperando”. Virou para o Norato e disse, “sr. Arlindo (ninguém sabe quem é), você vai lá em casa arrumar minha porta?”. Todos nós começamos a rir, inclusive ela, sem saber o porquê, e falei “Vó você tá louca? Estamos no Paraná e este é o Norato”. Coitada, ficou tão emocionada que não conseguia acreditar. Foi uma ótima viagem. De uns tempos para cá seus médicos suspeitam do Alzheimer. É tão bom lembrar que mesmo sem saber dirigir direito levei a Vó ao Paraná. Ela conta isso a todos com orgulho, “a Ruth guiou sozinha, me levou no Paraná”.

Este espaço é dedicado a todos que queiram compartilhar suas histórias. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.gov.br

A Diretoria do Foro
agradece a todos
pelo empenho que
possibilitou todas
as realizações do
ano de 2007

Feliz
Natal
e um
ótimo
2008